

EPISTEMICÍDIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

EPISTEMICIDE AND PUBLIC POLICY

Amanda LIMA (IFB)

Diene SILVA (IFB)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo salientar a importância da educação das relações étnico-raciais para a formação de uma sociedade justa, igualitária, de direitos e democrática, e assim contribuir para a formação de uma cidadania responsável. Por isso, há uma necessidade de ensino com essa temática voltada para o ambiente acadêmico, principalmente pela importância e também pelo reconhecimento do povo negro, na construção histórica do Brasil. É perceptível, quando não se é pensado e discutido a possibilidade de integrar esses espaços de fala e assim, incluir suas contribuições e suas obras no plano pedagógico das instituições. O objetivo geral do trabalho é demonstrar a importância dos estudos da educação étnico-raciais, para a formação de um conhecimento pluralista dos discentes do curso de Tecnologia em Gestão Pública – TGP do Instituto Federal de Brasília-DF, foram esboçados os seguintes objetivos específicos: apontar a importância dos estudos da educação étnico-racial no curso de Tecnologia em Gestão Pública; comparar o projeto pedagógico dos cursos de Gestão Pública e Processos Gerenciais, citar o epistemicídio do conhecimento como forma de colonialidade do saber. A pesquisa possui como universo de estudo o projeto pedagógico do curso e como instrumentos metodológicos: análise documental e pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa e descritiva.

361

PALAVRAS-CHAVE: Relações étnico-raciais. Racismo. Gestão Pública.

Introdução

O racismo é um elemento estruturante da sociedade. Foram mais de 300 anos de escravidão e medidas institucionais para impedir a mobilidade social da população negra, e isso foi um limitante para que esse grupo pudesse alcançar formas de ascensão na sociedade brasileira. A árdua luta de combate ao racismo nas diferentes formas de discriminação é refletida nos estereótipos, na classificação de “marginais” para os homens, e “hiperssexualização” da mulher negra. Isso contribui na sedimentação negativamente dos papéis sociais protagonizados pela população negra que se configuram e reconfiguram, nas diversas barreiras impostas para esses cidadãos, e fez com que somente uma única voz e visão fossem legitimadas: a eurocêntrica. (GROSFOGUEL, 2016).

Ao se falar em estudos relacionados a relações étnico-raciais, esta pauta deveria ser voltada em todos os ensinamentos de aprendizagem, pois vivemos em uma sociedade em que a maioria da população se constitui por pretos e pardos (IBGE, 2018), tendo em vista a importância da cultura africana e afro-brasileira, no ano de 2003 foi promulgada a Lei 10.639/03 caracterizando a obrigatoriedade desses estudos na educação básica, logo, estudar e se aprofundar por este assunto se torna essencial para a formação do cidadão, a consolidação da democracia, promoção da cidadania e à igualdade social e racial. Apresentando uma nova perspectiva e olhares, que os autores negros, possuem sobre essas teorias e saberes sobre a educação das relações étnico-raciais, uma visão mais pluralista e não eurocêntrica, de diferentes perspectivas e vivências.

Ao realizarmos um recorte sobre a participação de intelectuais negros e negras que influenciaram de alguma forma a construção do saber acadêmico, levantamos uma possibilidade de (re)conhecimento e representatividade da cultura afrodescendente como produtora de conhecimento, além de propor uma discussão sobre o papel do racismo como ideologia que atua no apagamento da história de resistência da população negra em diferentes espaços, inclusive dentro dos centros acadêmicos.

A anulação desses espaços de debates que produzam discussões sobre o racismo ecoa profundamente na sociedade, construindo marcas na história da humanidade que vão além do senso comum, mas aprofunda-se em questões políticas, sociais, psicológicas, econômicas, religiosas e de saúde. E, ao se negar a discussão crítica e reflexiva sobre a temática, nesses espaços, afeta sobremaneira o debate “empobrecendo o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade racial, étnica e cultural” (CARNEIRO, 2018, p.146), ocasionando assim cada vez mais barreiras de impotência, que limita a população negra e anula qualquer forma de um novo olhar sobre o mesmo, apagando a sua vivência.

Difícilmente os autores negros estão nas bibliografias dos cursos ministrados nas universidades, acontecem como ações de forma isolada, dependendo da solicitude do corpo docente, já que não é uma exigência na maioria das ementas dos planos de curso. Por conseguinte, poucas vezes os discentes possuem a oportunidade de conhecer a contribuição desses autores, refletindo, inclusive, não apenas sobre o conteúdo das obras, mas sobre o contexto político-intelectual em que foram produzidos. Por isso, é necessária uma resposta institucional, para que essas bibliografias se tornem leituras obrigatórias e necessárias para o conhecimento dos discentes.

O discurso “universalista” é visível quando se constata a exclusão sistemática de intelectuais negras e negros nos espaços universitários, ao trazer para o ambiente acadêmico a produção de tais intelectuais possibilitará romper com o silêncio institucionais que a academia naturaliza. E esse silêncio é construído academicamente por conta de uma narrativa que é privilegiada. Os estudos sobre a educação étnico racial será uma via imprescindível para o debate epistêmico evidenciado na forma do racismo silencioso e cruel. As produções teóricas destes intelectuais tornam possível conhecer o contexto da cultura negra e como se deu o processo de socialização depois do período escravocrata, e que no qual poderiam contribuir nas mais diversas áreas, até mesmo em questões não diretamente relacionadas a raça.

Conceitos sobre as diversas formas de racismo: Estrutural, Institucional e Interpessoal

Estudos afirmam que sempre existiram autores negros, porém havia um processo de “apagamento histórico” dessa população, e assim a não legitimação de suas contribuições, das literaturas que abordam pautas relacionadas a raça e gênero.

Durante o período escravista no Brasil, foi imposto sobre a população negra o paradigma de inferioridade e submissão política, social e econômica, fazendo com que o branco fosse tomado como

referência de identificação na busca pela ascensão social. (SOUZA, 1983, p.19-23).

Esse apagamento surge de um processo que alguns autores como Sílvio Luiz de Almeida (2016) denominam como racismo estrutural, no qual defende três estruturas para a consolidação da definição desse tipo de racismo: econômico, político e o campo da subjetividade. “O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares. (ALMEIDA, 2016, p.38).

É perceptível a existência dessa estrutura racista quando analisamos os dados, segundo o levantamento do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2018). Que constatam que:

- Na educação, enquanto 22,2% da população branca têm 12 anos de estudos ou mais, a taxa é de 9,4% para a população negra. O índice de analfabetismo para a população negra é de 11,8% — maior que a média de toda população brasileira (8,7%).
- Dos jovens entre 15 e 29 anos que não estudavam nem trabalhavam, 62,9% eram negros e negras, de acordo com o IBGE. A maternidade precoce é um dos fatores que levam meninas a essa condição: do total de meninas de 15 a 19 anos sem estudo e sem trabalho, 59,7% têm pelo menos um filho sendo que, destes, 69% são negras.
- O Atlas da Violência de 2019, verificou a continuidade da desigualdade racial nos indicadores de violência no Brasil. Em 2017, 75% das vítimas de homicídios foram de indivíduos negros (soma de indivíduos pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.
- A informalidade econômica também afeta mais a população negra, apesar dos avanços registrados nos últimos anos. A parcela da população negra na informalidade caiu de 62,7% em 2004 para 48,4%, em 2014. Mas, no mesmo período, os indicadores para a população branca caíram bem mais, de 47% para 35,3%.

Abdias Nascimento (1978), teórico, político, ativista social, escritor e poeta brasileiro, reconhecido como um dos maiores defensores da cultura e da igualdade para a população afrodescendente no Brasil busca e traz uma definição do que é o racismo institucional em seu livro: **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**.

O racismo institucional é definido como o mesmo se manifesta institucionalmente, seja na esfera pública ou privada. Isso faz com que os negros sejam alvos do preterimento em todos os âmbitos político-sociais, e tornam-se o centro de um projeto de genocídio dessa população (NASCIMENTO, 1978, p. 80).

O racismo institucional produz não só a falta de acesso (ou esse com menor qualidade) aos serviços e direitos, mas também a perpetuação de uma condição estruturante de desigualdade em nossa sociedade. Consequente, o racismo interpessoal se apresenta sob o ato de rejeição e exclusão contra a população negra, e como esse racismo é reforçado por estereótipos e preconceitos impostos sobre esse grupo.

São processos de desigualdade política com base na raça/cor que ocorrem entre os sujeitos em interação. Integra as relações que acontecem no interior das organizações, as quais envolvem gestores e profissionais, profissionais e usuárias (os), assim como os laços estabelecidos entre familiares, amigos, colegas. Ademais, a relação de descrédito e humilhação pode ser efetivada entre um sujeito que desempenha um papel social hierarquicamente superior que da perspectiva do racismo, assume ou almeja assumir uma situação de vantagem.

Epistemicídio e sua definição

No Brasil, Sueli Carneiro filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento negro brasileiro é a principal referência no tema que trabalha com o conceito de epistemicídio a partir da seguinte definição, que descreve em sua tese de doutorado, publicada em 2005 pela Universidade de São Paulo.

Negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio. (CARNEIRO, 2005, p. 324).

A palavra epistemicídio explanando de forma concisa, é a morte dessas epistemologias (conhecimentos e saberes) de um povo. E ao silenciar essas epistemologias, silencia-se também a consciência histórica dessa população.

Esse apagamento é perceptível quando nos deparamos nas listas bibliográficas utilizadas nos cursos, onde via de regra não se encontram autores negros, e muito menos se propõem esses autores no ambiente acadêmico.

Ao se falar em epistemologia, discutimos os “lugares de fala” desses autores, o que não se refere necessariamente a indivíduos dizendo algo; é um conceito que parte da perspectiva de que as visões de mundo se apresentam desigualmente posicionadas. “Não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (RIBEIRO, 2017, p. 58-59).

Portanto, trata-se de uma análise a partir da localização dos grupos nas relações de poder, levando em conta os marcadores sociais de raça, gênero, classe, geração e sexualidade como elementos dentro de construções múltiplas na estrutura social. Assim, o conceito parte das múltiplas condições que resultam as desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados.

Um novo paradigma epistemológico

Há muitos vestígios sobre a história dos negros/as africanos/as que foram contadas de maneira ofuscada e decadente sobre o padrão europeu que precisam ser urgentemente superadas como forma de resgate e (re)conhecimento das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, dando a elas a devida importância e o devido respeito entre as demais civilizações que formam o rol das histórias da humanidade.

É necessário que façamos uma tomada de consciência, que reconheçamos a importância das culturas africanas e afro-brasileiras como sendo tão sofisticadas, de sistemas tão complexos e organizacionais como as demais formas culturais. E um dos melhores caminhos viáveis para isso é, sem dúvida, à escola, mais precisamente a sala. (NOGUEIRA, 2018, p. 263-264).

O ambiente acadêmico é um espaço de produção e apropriação de conhecimentos, logo os estudos das relações étnico-raciais precisam ser compartilhados, aprendidos e (re)conhecidos.

É sempre bom destacar que os movimentos sociais têm como intenção política atingir de forma positiva toda a sociedade e não somente os grupos sociais por eles representados. Em sociedades pluriétnicas e multirraciais como o Brasil, os avanços em prol da articulação diversidade e cidadania poderão ser compreendidos como ganhos para a construção de uma democracia, de fato, que tenha como norte político a igualdade de oportunidades para os diferentes segmentos étnico-raciais e sociais e supere o tão propagado mito da democracia racial. (GOMES, 2012, p.106).

No ambiente acadêmico ainda se verificam demandas em relação as discussões sobre o conhecimento consciente das diversidades culturais, respeitando a existência de suas histórias e as tradições e particularidades desses grupos, como forma de reconhecimento da igualdade e da cidadania através de uma política multicultural.

Políticas Públicas e o papel dos gestores públicos

Ao longo dos anos o conceito de políticas públicas foi resignificando, não há apenas uma única definição e seu conceito possui diversas interpretações. De um modo geral, as políticas públicas são ações governamentais realizadas para sanar um problema público. Secchi (2013), define política pública como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, que possui dois elementos fundamentais: intencionalidade e resposta a um problema público.

A política pública para ser implementada passa por fases e processos sociais, que necessitam conhecimento, procurando entender e formular teoricamente as questões envolvidas no problema público.

Até o início da década de 1980, as políticas públicas no Brasil se caracterizavam pela centralização financeira e decisória na esfera federal, pela fragmentação setorial e institucional e pela exclusão da sociedade civil do processo de formulação, da implementação dos programas e do controle da ação governamental. Havia mecanismos de articulação entre o Estado e a sociedade, mas a incorporação dos atores ao processo decisório era excludente e seletiva. Com a democratização do País, a agenda de reforma que então se definiu

teve como eixos a democratização dos processos decisórios – com a descentralização e a participação dos cidadãos na formulação e implementação das políticas – e a equidade dos resultados das políticas públicas. Participaram da definição dessa agenda os movimentos sociais e diversas categorias profissionais envolvidas na prestação de serviços públicos, cuja atuação os colocava em contato direto tanto com a população atendida como com os excluídos do atendimento estatal. (FARAH, 2001, p.119-144).

Os gestores públicos possuem um papel de destaque na formulação e implementação das políticas públicas, pois eles são um elo importante desde a definição do problema público e a consolidação da política pública, por isso, é fundamental possuir um conhecimento pluralista, para que os mesmos tenham discernimento na análise da formulação e implementação da política pública.

O gestor público possui cinco atividades essenciais na criação das políticas públicas: definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação das políticas públicas, são atividades inter-relacionadas que os gestores desenvolvem para a efetivação da política pública. Essas atividades fazem parte do ciclo de políticas públicas, um esquema de visualização e interpretação da política pública feita em fase sequenciais e interdependentes.

Segundo Secchi, a definição de agenda é um conjunto de problemas entendidos como relevantes, que necessitam de intervenção pública; a formulação de políticas públicas são alternativas de construção de combinação de soluções para o referido problema, onde se estabelece objetivos e estratégias; a tomada de decisão é o momento, onde os interesses dos atores são demonstrados, e os objetivos e métodos que serão utilizados para enfrentar o problema são explicitados, a implementação das Políticas Públicas e a avaliação das políticas públicas são as etapas finais do processo, no qual a implementação é o ato da concretização dos resultados da política pública. (SECCHI, 2013, p.46-62).

Anderson (1979 apud Secchi, 2013) relataram que a avaliação é um processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática.

Um treinamento adequado é essencial para desencadear o expressivo potencial dos gestores públicos na resolução de problemas públicos, a disponibilização de acesso há uma multiplicidade de conhecimentos que perpassa desde toda a graduação, traz um melhor preparo na atuação desses profissionais.

Projeto Pedagógico dos cursos Tecnologia em Gestão Pública e Tecnologia em Processos Gerenciais

No Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – CSTGP ofertado no Campus Brasília do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, estão definidos a concepção do curso, os procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, a estrutura curricular, os integrantes do corpo docente e do técnico administrativo, a infraestrutura disponível, enfim, todos os elementos pedagógicos que garantem o pleno funcionamento do curso proposto.

O curso superior em Tecnologia em Gestão Pública se iniciou no segundo semestre de 2012, por meio do ato autorizativo n.20/2012, e sua criação atende as exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional- Lei nº 9394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia- Resolução CNE/CP nº3/2002.

Dentro do projeto pedagógico é possível visualizar o que se foi pretendido ao ofertar esse curso, no qual se baseou na possibilidade de contribuição na formação dos futuros gestores para atuarem em diversos eixos.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Brasília pretende contribuir com a formação de profissionais para atuarem nas diferentes esferas e segmentos da Gestão Pública, tendo em vista a necessidade de elaboração, execução e monitoramento das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento econômico e social, além da consequente diminuição das desigualdades. (PPC-TGP, 2017, p. 12).

O curso de Processos Gerenciais se iniciou no ano de 2015 no Instituto Federal de Brasília- Campus Taguatinga, o objetivo geral que consta em seu projeto pedagógico é de formar profissionais na área com habilidades e competências para atuarem como gestores responsáveis pelo planejamento, controle e organização no mercado.

O Tecnólogo em Processos Gerenciais é um profissional que deve apresentar consistência técnica para identificar e propor soluções que garantam o bom desempenho e a sobrevivência organizacional. Possuidor de uma cultura geral, o esse profissional é capacitado para exercer funções nas áreas de marketing, finanças, produção, recursos humanos, material e patrimônio e estratégia organizacional. (PPC -TPG, 2015, p.14).

Ambos os cursos de Tecnologia em Gestão Pública e Tecnologia em Processos Gerenciais possuem matérias similares em sua grade curricular, que evidencia a equivalência dos cursos, apesar dos objetivos descritos no projeto pedagógico serem distintos, em que um focaliza mais no setor público e o outro no setor privado, a duração dos cursos são de 5 semestres. Contudo, apesar das distinções existentes, é necessário que os dois cursos conjuntamente apresentem uma formação ampla e sólida para os alunos.

O curso Tecnólogo em Processos Gerenciais oferta em sua grade curricular a matéria optativa em Relações Étnico-Raciais, enquanto no curso Tecnólogo em Gestão Pública há essa defasagem, no que corrobora uma limitação da multiplicidade de conhecimentos. A grade curricular do curso de TGP, depois da reformulação não possui a opção das matérias optativas, e mesmo quando essa opção era ofertada não havia a inserção da matéria da educação das relações étnico-raciais na ementa do curso.

Quadro 1. Componentes curriculares similares dos cursos

| Tecnologia em Gestão Pública | Carga Horária | Tecnologia em Processos Gerenciais | Carga horária semestral/hora aula |
|-------------------------------------|----------------------|---|--|
| Gestão Patrimonial e de Materiais | 60 | Administração de Materiais | 60 |
| Contabilidade Pública | 60 | Contabilidade Geral | 60 |
| Economia Brasileira | 30 | Economia | 60 |

| | | | |
|---------------------------------------|----|---------------------------------|----|
| Trabalho de conclusão de curso | 30 | Elaboração de TCC | 48 |
| Ética e Gestão Ambiental | 60 | Ética e Responsabilidade Social | 60 |
| Fundamentos da Administração | 60 | Fundamentos de Administração | 60 |
| Gestão de Pessoas no setor público | 60 | Gestão de Pessoas | 60 |
| Gestão da Informação no setor público | 60 | Informática Aplicada | 60 |
| Linguagem e Comunicação | 60 | Leitura e Produção de Textos | 60 |
| Libras | 60 | Libras (optativa) | 60 |
| Logística Aplicada ao setor público | 30 | Logística Empresarial | 60 |
| Métodos e Técnicas de Pesquisa | 60 | Metodologia Científica | 45 |
| Planejamento e Orçamento Público | 60 | Orçamento Empresarial | 60 |

Fonte: elaborado pela autora

Os cursos Tecnólogos em Gestão Pública e Processos Gerenciais ofertados no Instituto Federal de Brasília- Campus Brasília, apresentam semelhanças nas matérias ofertadas na grade curricular, onde é perceptível no quadro exposto. E isso, reforça questionamentos acerca da ausência da matéria da educação das Relações Étnico-Raciais no projeto pedagógico do curso de Gestão Pública, e como o anulamento desse conhecimento reforça a falta de representatividade dentro do ambiente acadêmico.

Considerações Finais

Essa discussão tem grandes desafios dentro do ambiente acadêmico, pois as universidades se desenvolveram dentro de uma estrutura ocidentalizada, e o rompimento dessa barreira necessita principalmente que as pessoas alcancem esse conhecimento, reiterando que é de grande importância as ações isoladas de alguns docentes que estão comprometidos com a educação étnico-racial abrindo espaços para reflexões sobre o tema, como por exemplo, a disciplina optativa de relações étnico-raciais ministrada para o curso de processos gerenciais do Instituto Federal de Brasília- Campus Brasília, que na sua bibliografia foi composta com grande maioria de autoras e autores negros.

A proposta de discussão realizada nesse artigo é trazer reflexão sobre o tema, e sugestão de reavaliação do projeto pedagógico do curso de Tecnologia em Gestão Pública, sendo uma demanda institucional, que os alunos de diversos eixos de graduação sinalizaram o desejo de mudança a favor da inclusão desta matéria,

pois, é impensável a formação de profissionais da área de gestão que não tenham conhecimento ou nenhuma base teórica dessas leituras, ressaltando a importância de aprendizado sobre as questões raciais, a inexistência de trabalhos que discutam o epistemicídio na administração pública e a formação dos futuros gestores para que combatam o racismo nas relações de trabalho, na formulação de políticas públicas e, de modo amplo, na vida social.

Referências

<[https://www.ifb.edu.br/attachments/article/10573/Plano%20Processo%20Gerencias_10_05_2017%20\(1\)___18517.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/10573/Plano%20Processo%20Gerencias_10_05_2017%20(1)___18517.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BARBOSA, Bernardo. Número de brasileiros que se declaram pretos cresce no país, diz IBGE. **UOL**, São Paulo, 22 mai 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/22/ibge-em-todas-as-regioes-mais-brasileiros-se-declaram-pretos.htm>>. Acesso em: 20 out 2018

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. (Tese de doutorado) – Feusp.

FARAH, Marta Farah: Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, jan./fev. 2001.

GOMES, N. L. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n.1 p. 98-109, Jan/Abr 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. ISSN 0102-6992. **Revista Sociedade e Estado**. 2016, vol.31, n.1, pp.25-49.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Projeto Pedagógico do curso Tecnologia em Gestão Pública**. Brasília: IFB, 2017. Disponível em: <<https://www.ifb.edu.br/attachments/article/6010/PPC%20CS%20de%20Tecnologia%20em%20Gest%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20%C3%BAltima%20vers%C3%A3o%2019%2002%2018.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Projeto Pedagógico do curso Tecnologia em Processos Gerenciais**. Brasília: IFB, 2017. Disponível em:

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

Negros são mais afetados por desigualdades e violência no Brasil, alerta agência da ONU. **Nações Unidas do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 de mar.2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/negros-sao-mais-afetados-por-desigualdades-e-violencia-no-brasil-alerta-agencia-da-onu/>>. Acesso em: 26 de nov. 2018.

NOGUEIRA, Nedson. (Re)pensando o currículo escolar: A importância da leitura literária afro-brasileira no ensino-aprendizagem em sala de aula. ISS 1984-

3879. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, Natal-RN, v.18, n. 3, p.259-271 dez. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. In: RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**, Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Coleção Tendências; v.4. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.